

Os Angolanos esperam do governo e de outros actores acções concretas para a protecção ambiental

Afrobarometer Edição No. 592 | Kelechi Amakoh e Carlos Pacatolo

Sumário

Angola é um país abençoado com a abundância de recursos naturais, como o petróleo, os diamantes e as vastas extensões de terra arável – embora em grande parte subaproveitadas. No ano passado, o país ultrapassou a Nigéria e, novamente, tornou-se no maior produtor de petróleo de África (Leao & Shetty, 2022).

Entretanto, Angola enfrenta desafios ambientais preocupantes, como a desflorestação, a erosão dos seus solos, a má qualidade da água, a poluição da mineração e da produção de petróleo e os impactos das mudanças climáticas (Banco Mundial, 2021; Paca, Santos, Pires, Leitão, & Boaventura, 2019; allAfrica.com, 2022; Neto & Maclean, 2021; Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, 1999).

Em despacho presidencial de 29 de Dezembro de 2022, João Lourenço criou o grupo de trabalho multidisciplinar para elaborar um Plano Nacional de Banimento dos Plásticos para “fazer face à degradação ambiental,” regular o modo de produção e utilização destes produtos e cumprir com os compromissos internacionais do Estado angolano que incidem sobre a protecção ambiental, consubstanciados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O referido grupo é coordenado pelo ministro de Estado e chefe da casa de civil do presidente da República, integra ministros e diversas personalidades da sociedade civil, com destaque para a ambientalista Fernanda Renée Samuel.

Em Angola, como na maioria dos países, as questões de governação ambiental levantam preocupações que envolvem a saúde humana e o bem-estar económico. Por isso, a compreensão das perspectivas e das prioridades da população pode ajudar a fortalecer as acções para prevenir ou mitigar os resultados negativos, seja por meio da defesa de políticas ou acção direta.

Este dispatch descreve um módulo especial da pesquisa incluído no inquérito da Ronda 9ª do Afrobarometer para explorar as experiências e percepções dos Angolanos sobre a poluição, a governação ambiental e a extração de recursos naturais.

Os resultados mostram que os Angolanos veem a poluição ambiental como um grande problema nas suas comunidades, especialmente nas áreas urbanas. A maioria quer que o governo faça mais para combater a poluição e proteger o meio ambiente, mas não à custa da perda de postos de trabalho ou de rendimento.

Poucos Angolanos consideram que as comunidades locais estão a receber um tratamento justo da indústria de extração de recursos naturais e, por isso, 2 a 1 apoio a implementação de regulamentações governamentais mais rígidas.

Pesquisas do Afrobarometer

Afrobarometer é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária, que fornece dados confiáveis sobre experiências africanas e avaliações de democracia, governança e qualidade de vida. Oito rondas de pesquisas foram concluídas em 39 países desde 1999. As pesquisas da Ronda 9 (2021/2022) estão em andamento. O Afrobarometer realiza entrevistas face-a-face na língua da escolha do entrevistado, com uma amostra nacional representativa.

A equipa do Afrobarometer em Angola, liderada pela Ovilongwa – Estudos de Opinião Pública, entrevistou 1.200 Angolanos adultos, entre 9 de Fevereiro e 8 de Março de 2022. Uma amostra deste tamanho produz resultados nacionais com uma margem de erro de +/- 3 pontos percentuais e um nível de confiança de 95%. A pesquisa anterior em Angola foi realizada em 2019.

Principais conclusões

Sobre a poluição e a governação ambiental:

- Três quartos (75%) dos Angolanos dizem que a poluição é um problema grave na sua comunidade, incluindo 53% que a consideram "muito grave".
 - Os cidadãos dizem que o descarte do lixo (30%), a poluição da água (24%) e a poluição do ar (18%) são as questões ambientais mais importantes na sua comunidade.
 - Mais de seis em cada 10 Angolanos (62%) dizem que os sacos de plástico são a principal fonte de poluição no seu país.
- Mais de metade (51%) dos entrevistados dizem que a responsabilidade primária de reduzir a poluição e manter as comunidades limpas é dos cidadãos comuns. Cerca de um terço (34%) vê isso como um trabalho do governo central.
- Três quartos (75%) dos cidadãos dizem que o governo deveria fazer mais para limitar a poluição e proteger o meio ambiente, incluindo 64% que querem que o governo faça "muito mais".
- Mas se as políticas de protecção ambiental ameaçarem os postos de trabalho ou os rendimentos, a maioria dos Angolanos optaria por dar prioridade as considerações económicas (45%) em detrimento das ambientais (37%).

Sobre a extracção de recursos naturais:

- Poucos Angolanos consideram que os benefícios da extracção dos recursos naturais superam os seus custos (22%); que as pessoas comuns têm voz nas decisões sobre a extracção de recursos naturais localizados perto das suas comunidades (24%); ou que as comunidades locais recebem uma parte justa das receitas da extracção de recursos naturais (18%).
- Por uma margem de 2 para 1 (48% vs. 22%), os cidadãos dizem que o governo deveria regulamentar o setor da indústria extractiva com mais rigor para reduzir os seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

Poluição e governação ambiental

Poluição: o escopo do problema

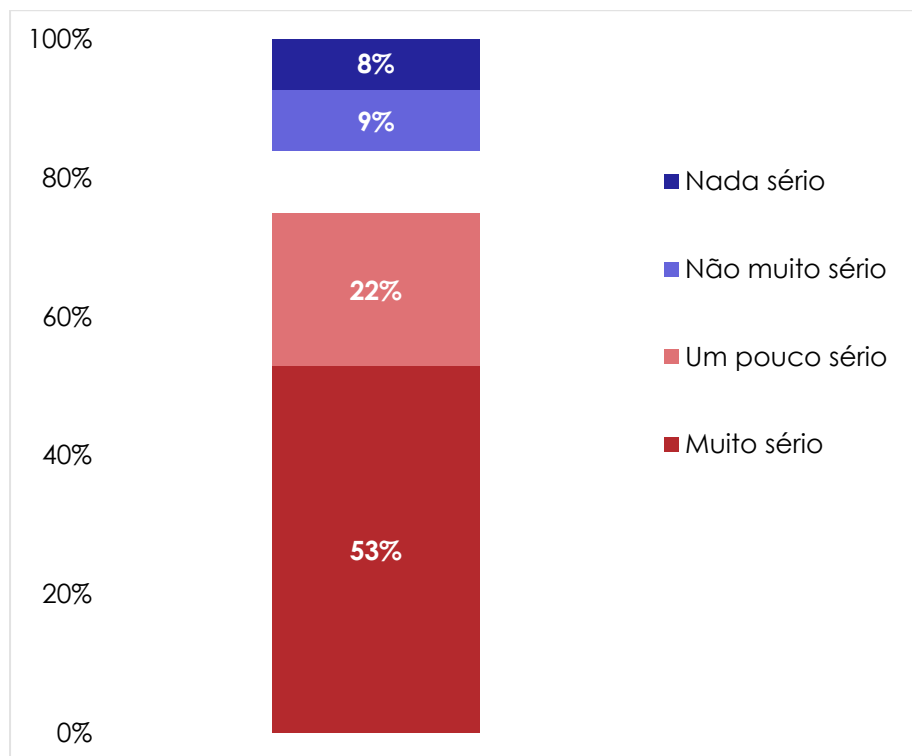
Três quartos (75%) dos Angolanos consideram a poluição nas suas comunidades um problema grave, incluindo mais de metade (53%) que a considera “muito grave” (Figura 1).

Os residentes urbanos revelaram-se mais preocupados com a poluição do que os residentes rurais (82% vs. 61%) (Figura 2). As preocupações com a poluição também aumentam com o nível de escolaridade dos entrevistados, variando de 57% entre aqueles sem escolaridade formal a 89% entre aqueles com ensino superior. Os cidadãos mais velhos (66%) e aqueles que vivem em situação de pobreza elevada (71%) têm menos probabilidade de ver a poluição como um grande problema do que os entrevistados mais jovens e em melhor situação.

Os Angolanos classificam o lixo como a questão ambiental mais importante na sua comunidade (30%), seguido pela poluição dos recursos hídricos (24%), poluição do ar (18%), gestão dos resíduos sólidos (8%) e a desflorestação (7%) (Figura 3).

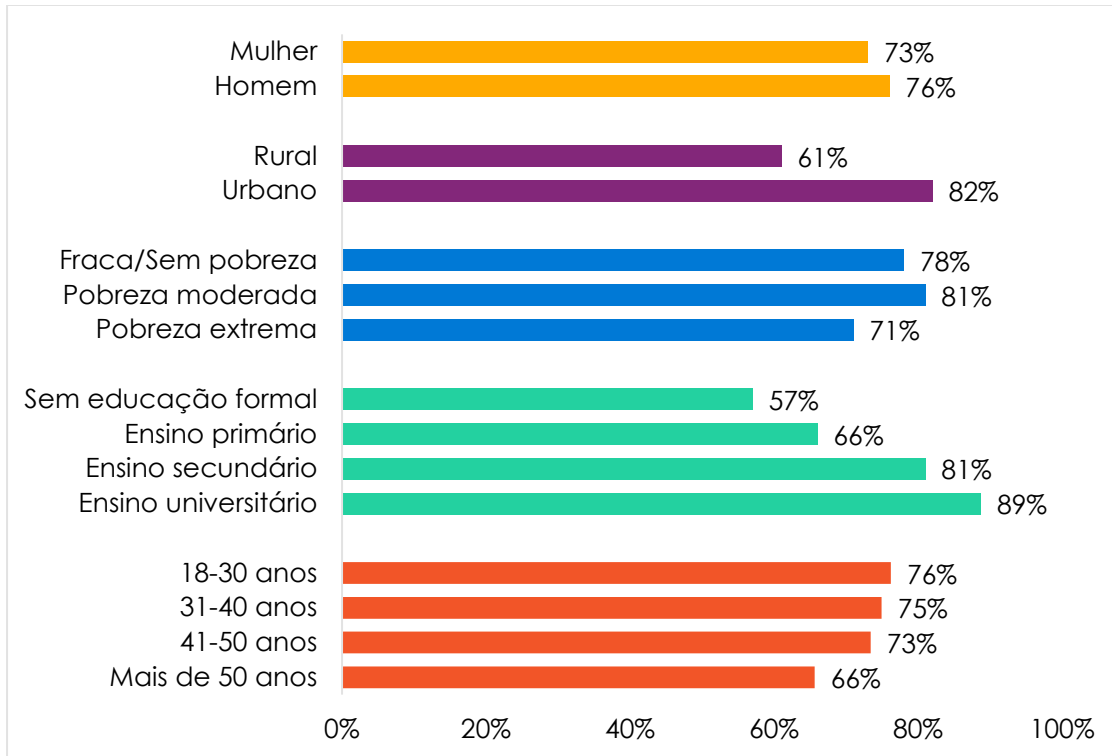
Mais de seis em cada 10 (62%) “concorda” ou “concorda totalmente” que os sacos de plásticos são a maior fonte de poluição em Angola (Figura 4).

Figura 1: Extensão da poluição na comunidade | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Até que ponto a poluição constitui um problema sério na sua comunidade, tais como a acumulação de lixo ou resíduos, danos a qualidade do ar ou água?

Figura 2: A poluição é um problema sério na comunidade | por grupo socio-demográfico | Angola | 2022



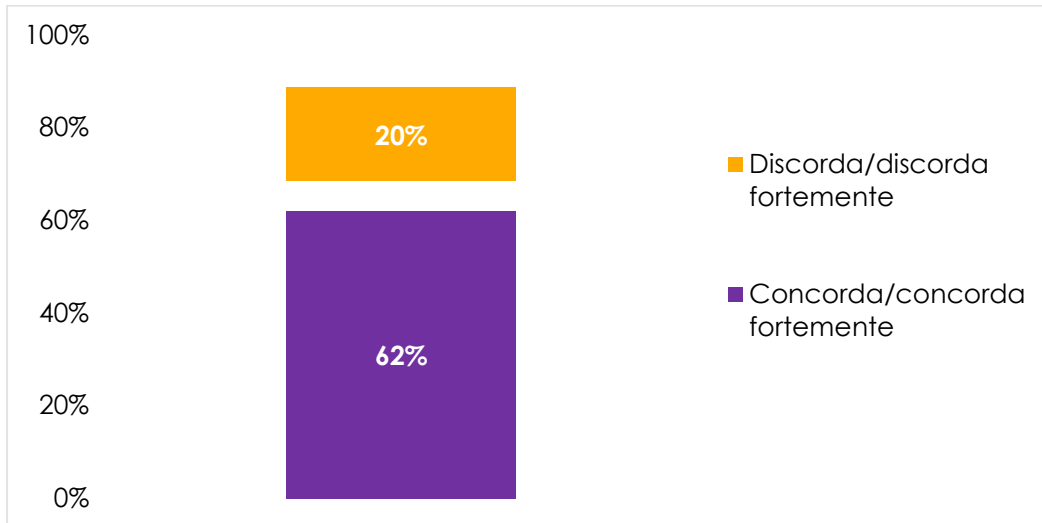
Pergunta aos respondentes: Até que ponto a poluição constitui um problema sério na sua comunidade, tais como a acumulação de lixo ou resíduos, danos a qualidade do ar ou água? (% que disse “um pouco sério” ou “muito sério”)

Figura 3: Problema ambiental mais preocupante na comunidade | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Qual dos seguintes é o mais importante problema ambiental na sua comunidade, hoje?

Figura 4: São os sacos de plásticos a maior fonte de poluição? | Angola | 2022



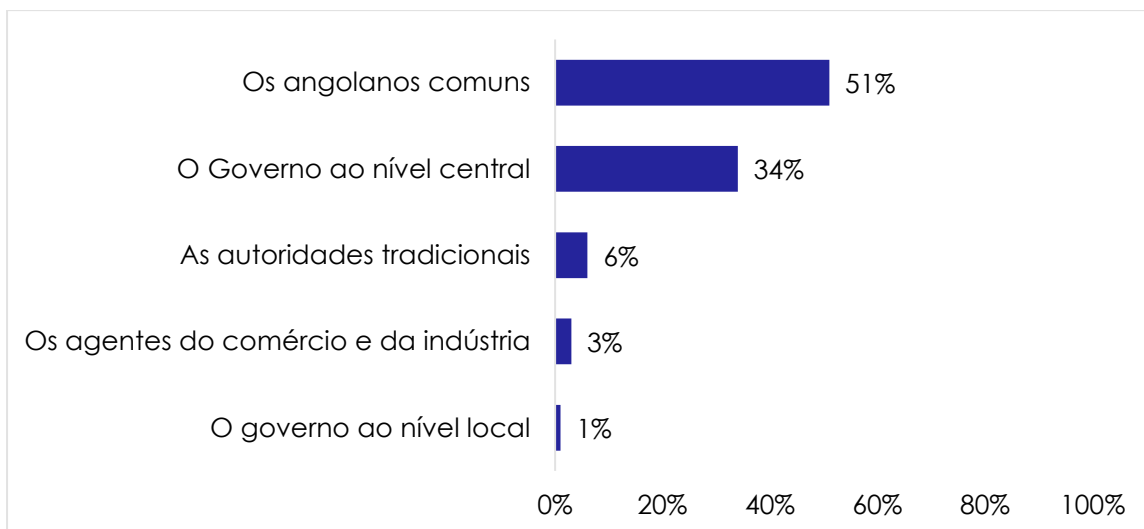
Pergunta aos respondentes: Diga-me, por favor, se concorda ou discorda com a seguinte afirmação: sacos de plástico são uma grande fonte de poluição no país.

Protecção ambiental

As ações para reduzir a poluição podem variar de pequenos gestos diários a mudanças de comportamento que ocorrem uma vez em cada geração – desde a mudança (de volta) para sacolas de compras reutilizáveis até o desmantelamento de uma indústria de queima de carvão.

Para os Angolanos, a protecção do ambiente começa em casa: Mais de metade (51%) dos inquiridos afirma que os cidadãos comuns têm a responsabilidade primária de reduzir a poluição e manter as suas comunidades limpas (Figura 5). Cerca de um terço (34%) diz que é responsabilidade do governo central (34%), enquanto 6% a veem principalmente como dever dos líderes tradicionais.

Figura 5: Quem deve ser responsável pela redução da poluição ambiental? | Angola | 2022



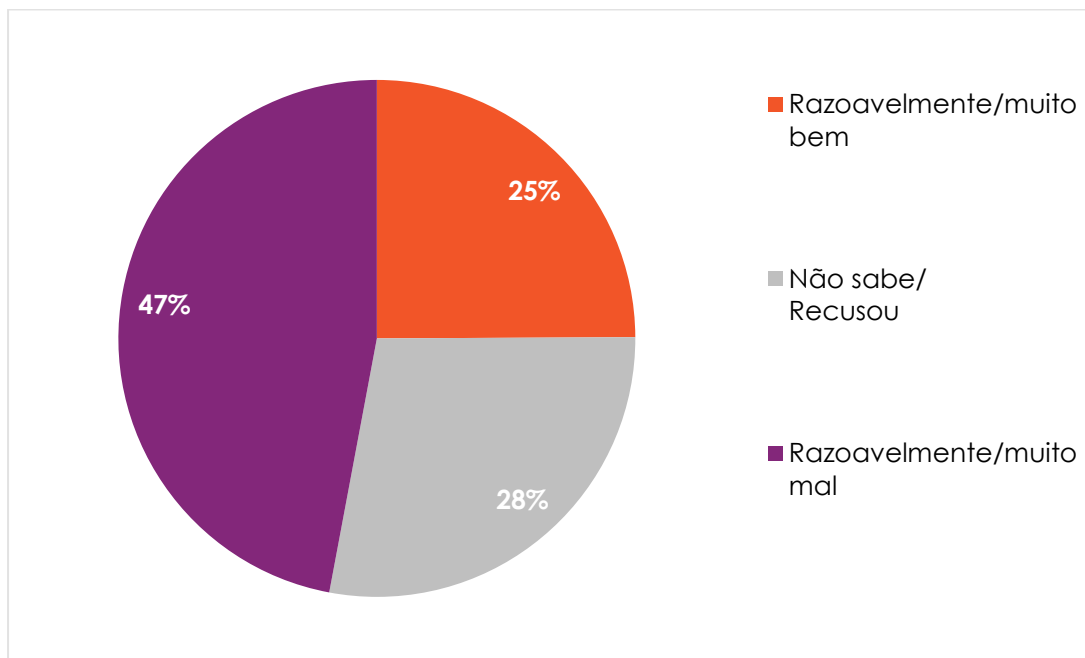
Pergunta aos respondentes: Quem você pensa que deve ter a responsabilidade primária em reduzir a poluição e manter a sua comunidade limpa?

Quase metade (47%) dos Angolanos diz que o governo fez um trabalho “razoavelmente mau” ou “muito mau” na redução da poluição e na proteção do meio ambiente. Apenas um quarto (25%) dos entrevistados oferece uma avaliação positiva dos esforços do governo, enquanto 28% dizem que “não sabem” ou se recusaram a responder à pergunta (Figura 6).

Os cidadãos altamente educados (63% razoável/péssimo), residentes urbanos (55%) e economicamente abastados (57%) são os que mais criticam o desempenho do governo no combate à poluição e proteção do meio ambiente (Figura 7).

De forma clara, três quartos (75%) dos cidadãos dizem que o governo deveria fazer mais para limitar a poluição e proteger o meio ambiente, incluindo 64% que querem que o governo faça “muito mais” (Figura 8).

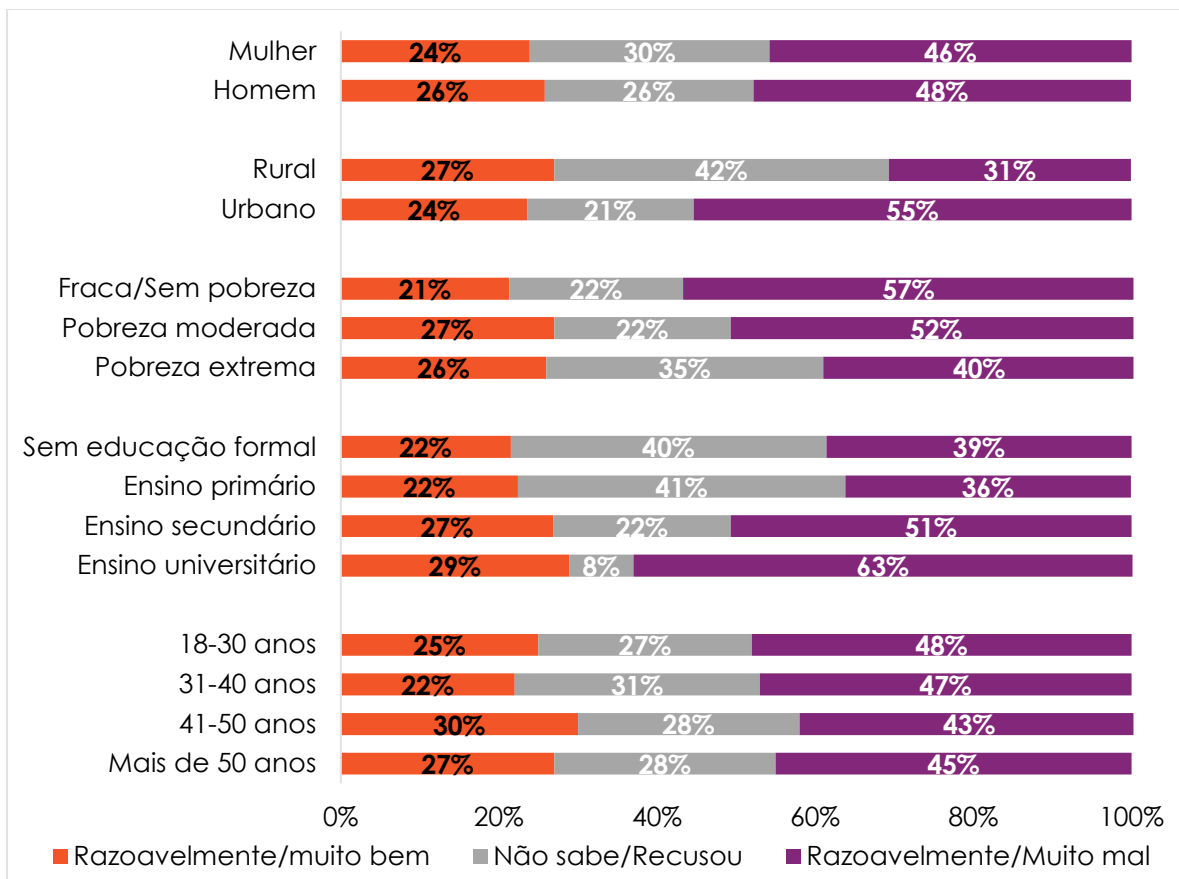
Figura 6: Desempenho do governo na redução da poluição e protecção ambiental
| Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Reduzir a poluição e proteger o ambiente?

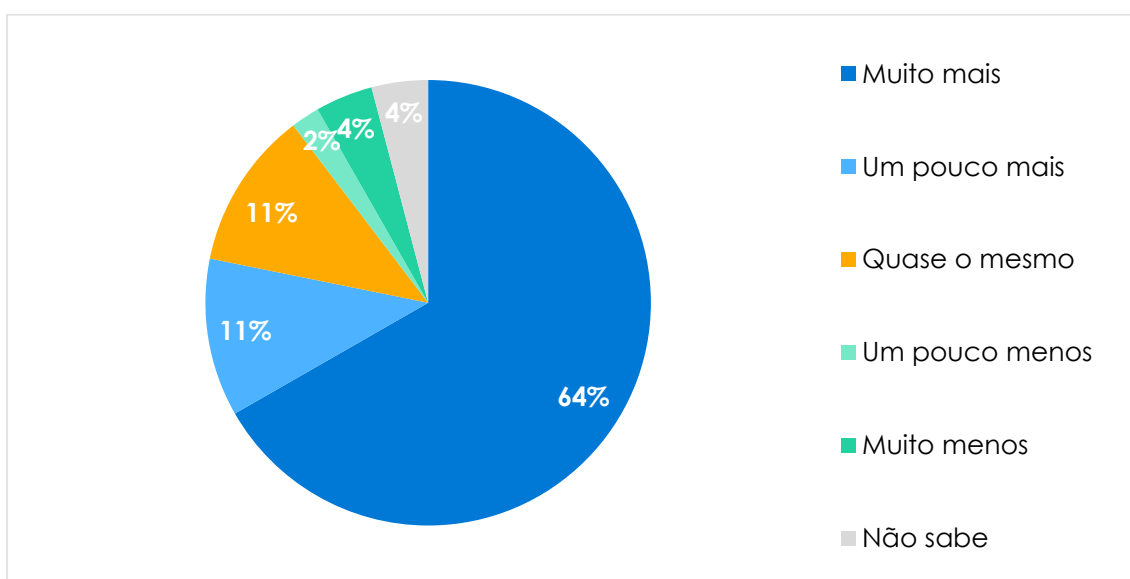
Faça sua própria análise dos dados da Afrobarometer – sobre qualquer questão, para qualquer país e rodada de inquérito. É fácil e gratuito em www.afrobarometer.org/online-data-analysis.

Figura 7: Desempenho do governo na redução da poluição e protecção ambiental
 | por grupo socio-demográfico | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Até que ponto você acha que o actual governo está a lidar bem ou mal com as seguintes matérias, ou você não ouviu o suficiente para ter uma opinião: Reduzir a poluição e proteger o ambiente?

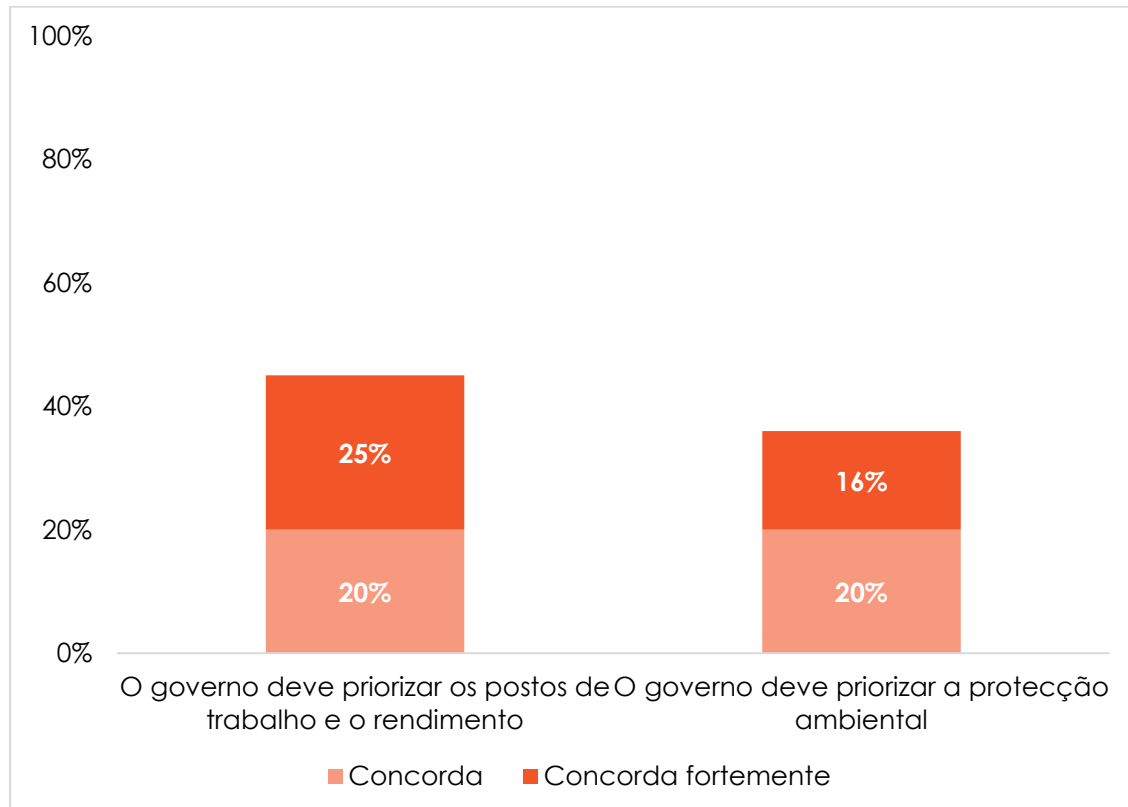
Figura 8: Deve o governo fazer mais para limitar a poluição? | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Na sua opinião, o nosso governo devia estar a fazer mais ou menos do que actualmente faz, para limitar a poluição e proteger o ambiente no país?

No entanto, se as políticas de protecção ambiental ameaçarem os postos de trabalho ou os rendimentos, a maioria dos Angolanos optariam por dar prioridade as considerações económicas em vez de considerações ambientais. Quase metade (45%) dos entrevistados diz que a redução da poluição ou outros danos ambientais deve ficar em segundo plano em relação à geração de empregos e de rendimento, enquanto 37% priorizariam a protecção do meio ambiente, "mesmo que isso signifique menos empregos ou outras interrupções em nossas vidas diárias" (Figura 9).

Figura 9: Deve o governo priorizar a criação de emprego ou a protecção ambiental? | Angola | 2022



Pergunta aos respondentes: Qual das afirmações seguintes está mais perto da sua opinião?

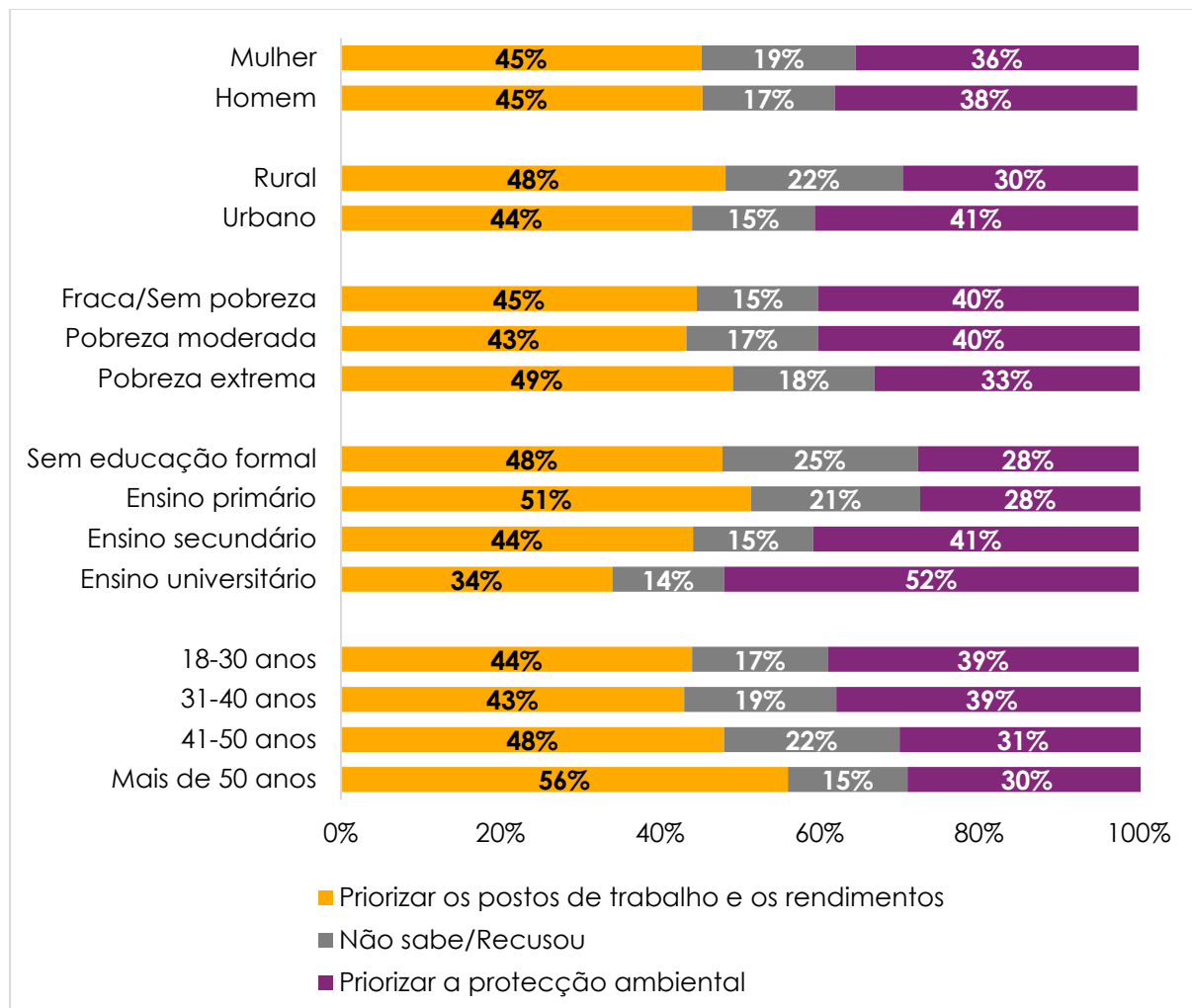
Afirmação 1: O governo deve forçar-se em criar empregos e aumentar as receitas, mesmo que isso signifique aumento da poluição ou outro dano ambiental.

Afirmação 2: O governo deve focar-se em prevenir a poluição e proteger o ambiente, mesmo que isso signifique menos empregos ou que haverá outra interferência nas nossas vidas diárias.

(% que "concorda" ou "concorda fortemente" com cada afirmação)

Entre os principais grupos demográficos, os cidadãos com ensino universitário são o único grupo em que a maioria priorizaria a protecção ambiental sobre a criação de empregos (52% contra 34%). A preferência por empregos em detrimento da protecção ambiental é particularmente comum entre os entrevistados mais velhos (56%), os mais pobres (49%) e residentes rurais (48%) (Figura 10).

Figura 10: Deve o governo priorizar a criação de emprego ou a protecção ambiental? | por grupo socio-demográfico | Angola | 2021



Pergunta aos respondentes: Qual das afirmações seguintes está mais perto da sua opinião?
 Afirmação 1: O governo deve forçar-se em criar empregos e aumentar as receitas, mesmo que isso signifique aumento da poluição ou outro dano ambiental.
 Afirmação 2: O governo deve focar-se em prevenir a poluição e proteger o ambiente, mesmo que isso signifique menos empregos ou que haverá outra interferência nas nossas vidas diárias.
 (% que "concorda" ou "concorda fortemente" com cada afirmação)

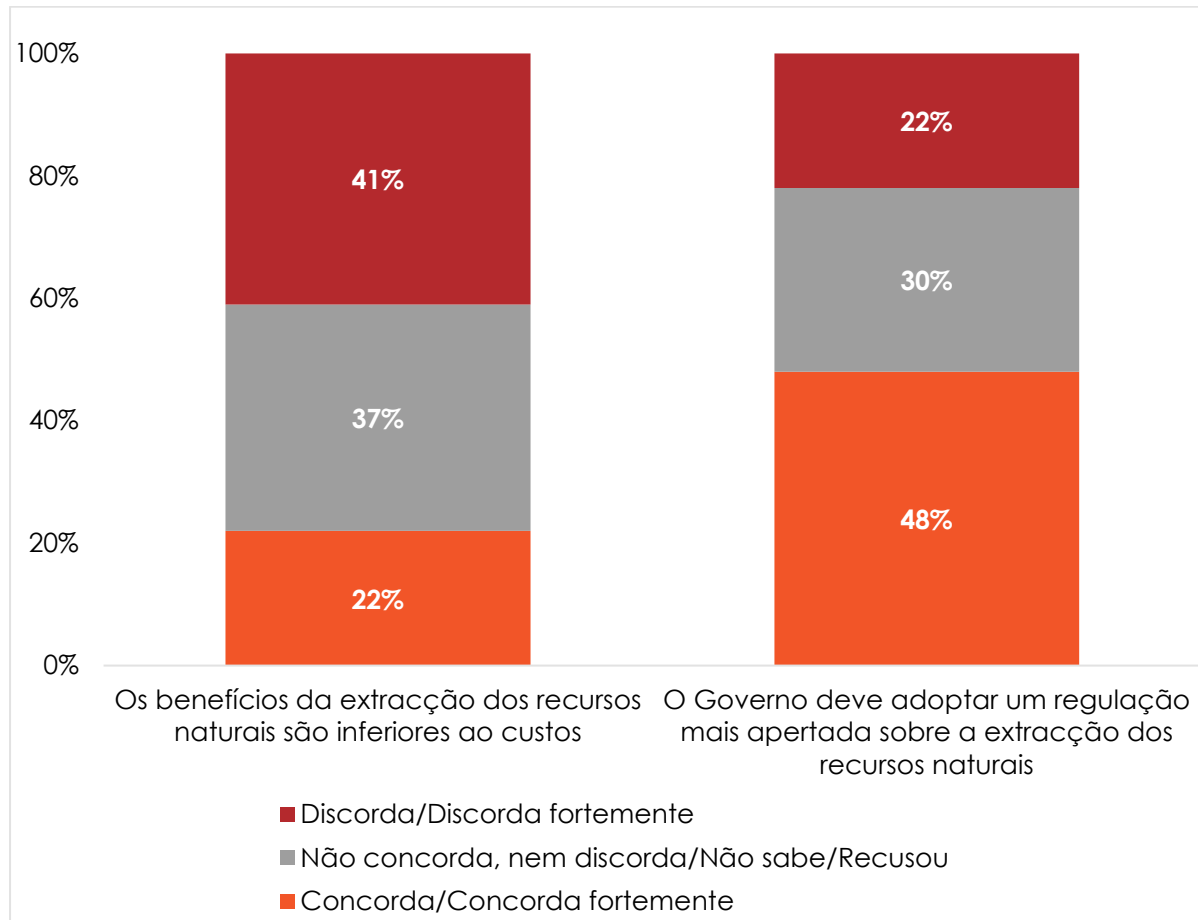
A extracção de recursos naturais

Em Angola, a extracção de recursos naturais – incluindo o petróleo, o gás, os diamantes, o urânio e o zinco – fornece a maior parte das receitas do governo (International Trade Administration, 2022). Mas a extracção de recursos também pode ser uma fonte importante de danos ambientais ao nível local.

Apenas 22% dos Angolanos "concordam" ou "concordam totalmente" que, no geral, os benefícios que a extracção de recursos naturais traz para as comunidades, como empregos e receitas, superam os impactos negativos, como a poluição. Quase o dobro (41%) discorda dessa avaliação, enquanto 37% não opinam (Figura 11).

E por uma margem de 2 para 1 (48% contra 22%), os cidadãos dizem que o governo deveria regulamentar a indústria de extracção de recursos naturais com mais rigor para reduzir os seus impactos negativos no meio ambiente.

Figura 11: A extracção dos recursos naturais: Custos vs. benefícios | Angola | 2022

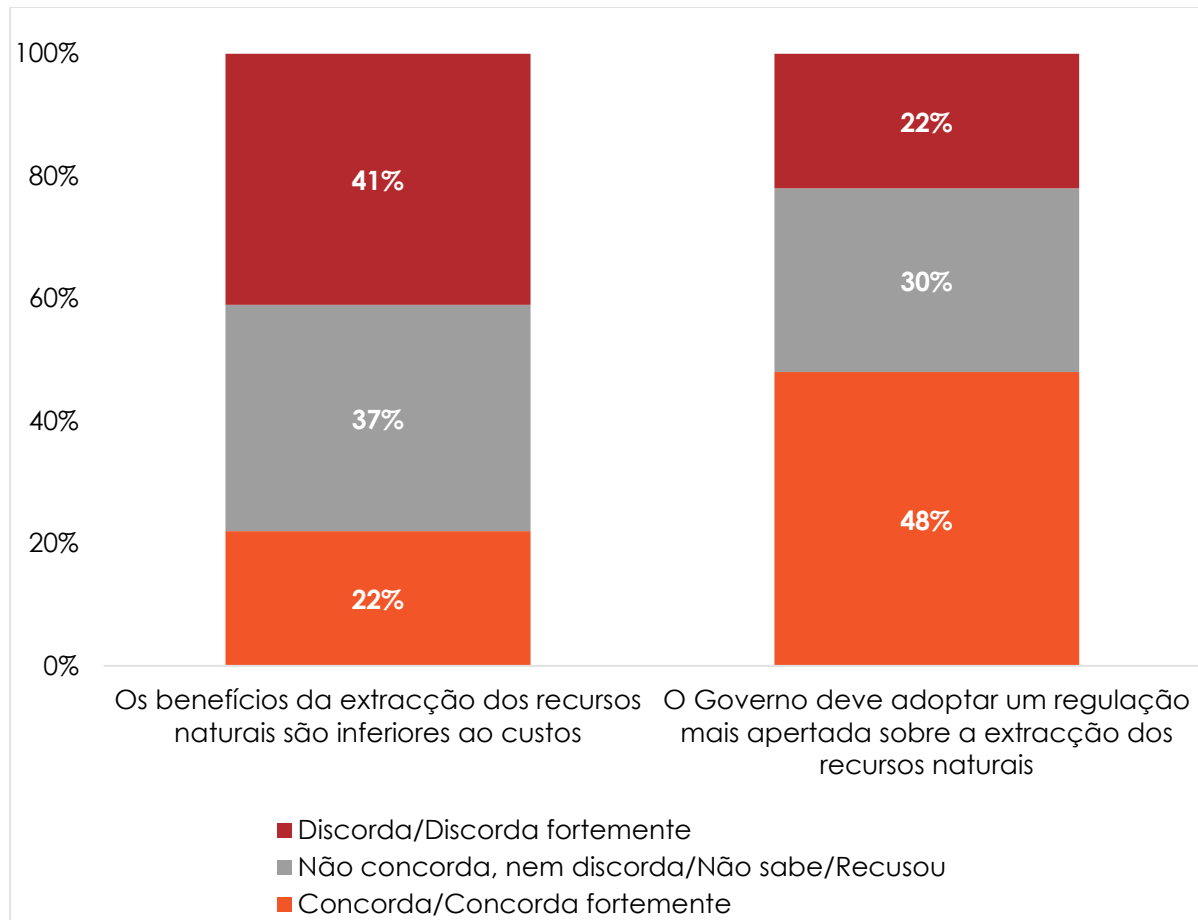


Perguntas aos respondentes: A extração de recursos naturais, tais como mineração, exploração de petróleo, ou colheita de madeira pode ter benefícios, tais como empregos e lucros. Mas também pode causar problemas para as comunidades circunvizinhas, tais como poluição e desflorestação. Diga-me, por favor, se concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações:
 No geral, os benefícios das actividades de extração dos recursos para as comunidades locais, tais como empregos e lucros, superam os custos, tais como a poluição.
 Neste país, a extração dos recursos naturais deve ser mais estritamente regulada pelo governo, para reduzir os impactos negativos ao ambiente.

As avaliações negativas superam as positivas quando se trata da participação dos cidadãos comuns na extração dos recursos naturais (Figura 12). Apenas um quarto (24%) dos entrevistados acha que as pessoas comuns têm voz nas decisões sobre a extração de recursos naturais que ocorre perto das suas comunidades, enquanto 46% dizem que não.

Menos ainda (18%) acham que as comunidades locais recebem uma parcela justa das receitas da extração dos recursos naturais, enquanto quase três vezes mais (50%) discordam.

Figura 12: A extracção dos recursos naturais: a voz dos cidadãos e os benefícios
 | Angola | 2022



Perguntas aos respondentes: Please tell me whether you agree or disagree with each of the following statements:

Angolanos comuns têm, actualmente, voz nas decisões sobre a extracção dos recursos naturais que ocorrem perto das suas comunidades.

As comunidades locais actualmente recebem uma parte justa dos lucros derivados da extracção dos recursos naturais que ocorre perto das suas comunidades.

Conclusão

Os resultados da pesquisa destacam a preocupação dos Angolanos com a poluição – especialmente os sacos de plásticos, o lixo, a poluição da água e do ar – como um grande problema nas suas comunidades. Enquanto a maioria vê os cidadãos comuns como os principais responsáveis por reduzir a poluição e manter as suas comunidades limpas, a maioria também quer que o governo faça “muito mais” para proteger o meio ambiente.

Os Angolanos também têm opiniões bastante críticas sobre a indústria de extracção de recursos naturais e os seus impactos ambientais. Poucos acham que as comunidades locais têm voz nas decisões ou recebem uma parcela justa das receitas, e o apoio a regulamentações mais rígidas supera em muito a oposição.

Referências

- allAfrica.com. (2022). Angola: US oil giant Chevron and hazardous pollution in Angola. 9 Novembro.
- Banco Mundial. (2021). Climate change overview.
- International Trade Administration. (2022). Investment climate statement.
- Jornal de Angola. (2023). Criado grupo de trabalho para eliminar plásticos. 4 de Janeiro.
- Leao, I., & Shetty, S. (2022). Towards improved water and food security: Angola's potential as a future agriculture powerhouse of Africa. World Bank Blogs. 7 Setembro.
- Mattes, R. (2020). Lived poverty on the rise: Decade of living-standard gains ends in Africa. Documento de Política No. 62 do Afrobarometer.
- Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. (1999). War destroys forests in Angola. WRM Bulletin. 20 Novembro.
- Neto, G., & Maclean, R. (2021). Waste from mine in Angola kills 12 downstream in Congo, minister says. New York Times. 3 Setembro.
- Paca, J. M., Santos, F. M., Pires, J. C. M., Leitão, A. A., Boaventura, R. A. R. (2019). Quality assessment of water intended for human consumption from Kwanza, Dande and Bengo rivers (Angola). *Environmental Pollution*, 254(B).

Kelechi Amakoh é analista de dados da Afrobarometer e estudante de doutorado no Departamento de Ciência Política da Michigan State University. Email: kamakoh@afrobarometer.org.

Carlos Pacatolo é director de pesquisa da Ovulongwa – Estudos de Opinião Pública, parceira nacional do Afrobarometer em Angola. Email: pacatolo@yahoo.com.br.

O Afrobarometer, uma organização sem fins lucrativos com sede no Gana, é uma rede de pesquisa pan-africana e apartidária. A coordenação regional dos parceiros nacionais em cerca de 35 países é fornecida pelo Ghana Center for Democratic Development (CDD-Gana), pelo Institute for Justice and Reconciliation (IJR) na África do Sul e pelo Institute for Development Studies (IDS) da University of Nairobi no Kenya. A Michigan State University (MSU) e a University of Cape Town (UCT) fornecem suporte técnico à rede.

O apoio financeiro para o Afrobarometer é fornecido pela Suécia por meio da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID) por meio do Instituto de Paz dos EUA, da Fundação Mo Ibrahim, da Open Society Foundations, da Fundação Bill & Melinda Gates, da William and Flora Hewlett Foundation, da União Europeia, do National Endowment for Democracy, da Mastercard Foundation, do Japan International Cooperation Agency, da Konrad Adenauer Foundation, da University of California San Diego, da Global Center for Pluralism, do World Bank Group, da Freedom House, da Embaixada do Reino dos Países Baixos em Uganda, do GIZ e da Humanity United.

As doações ajudam o Afrobarometer a dar voz aos cidadãos africanos. Considere fazer uma contribuição (em www.afrobarometer.org) ou entre em contato com Felix Biga (felixbiga@afrobarometer.org) ou Runyararo Munetsi (runyararo@afrobarometer.org) para discutir o financiamento institucional.

Siga as nossas divulgações em #VoicesAfrica.



Afrobarometer Edição No. 592 | 17 de Janeiro de 2023